



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CHUVISCA
PODER LEGISLATIVO MUNICÍPIO DE CHUVISCA



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

Parecer 91/2025

Câmara Municipal
de Vereadores de Chuvisca

Autor do Projeto: Mesa Diretora

Relator: Vereador Paulo Israel Longaray Martins

Matéria: Projeto de Lei n. 08/2025

Protocolo nº 349

Data: 04/11/2025

Horário: 08:00

Beatrix

Responsável

ASSUNTO: Exame da legalidade e da adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei n. 08/2025:

"Altera o coeficiente salarial do Quadro de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Chuvisca e dá outras providências".

1. RELATÓRIO:

O Projeto de Lei n.º 08/2025, de autoria da Mesa Diretora, foi protocolado nesta Casa Legislativa em 22/10/2025, sob o protocolo nº. 335, e lido em Sessão Ordinária no dia 27/10/2025, e versa sobre a alteração do coeficiente salarial do cargo efetivo de Assistente Legislativo, elevando-o de 2,00 para 2,75, com efeitos financeiros projetados a partir do exercício de 2026.

Trata-se, portanto, de proposição que implica aumento de despesa de caráter continuado, nos termos do art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), o que exige análise desta Comissão quanto à sua adequação orçamentária e financeira, bem como compatibilidade com os limites legais de despesa com pessoal.

A matéria foi previamente apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação Final (CCJ), que emitiu parecer favorável quanto à legalidade e constitucionalidade da proposta.

A proposição veio acompanhada da devida Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro e da Declaração do Ordenador de Despesa, abrangendo os exercícios de 2026 a 2029, conforme determina o art. 16 da LRF.

É o breve relato.

2. PARECER:

A análise da matéria demonstra que o Projeto de Lei nº 08/2025 atende aos requisitos legais e fiscais previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em especial no que se refere à adequação orçamentária e financeira da despesa e à

Luciano Mendes Silva, RHP Li

observância dos limites legais de gasto com pessoal.

Inicialmente, observa-se que a proposição foi instruída com a Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro e com a Declaração do Ordenador de Despesa, em cumprimento ao disposto no art. 16, inciso I, da LRF, que exige a demonstração prévia da origem dos recursos e da compatibilidade da nova despesa com a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA). A documentação comprova que há dotação orçamentária suficiente no exercício vigente e previsão de recursos nos exercícios subsequentes, assegurando que o aumento remuneratório pretendido é plenamente suportável dentro da capacidade financeira da Câmara Municipal.

No que se refere à adequação fiscal e ao controle de despesa com pessoal, o impacto projetado mantém o comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) do Poder Legislativo em 1,85%, permanecendo significativamente abaixo do limite máximo de 6%, fixado pelo art. 20, inciso III, alínea "b", da LRF. Tal situação demonstra que a Câmara de Chuvisca opera com ampla margem de segurança fiscal, não havendo risco de descumprimento do limite prudencial previsto no art. 22 da mesma lei.

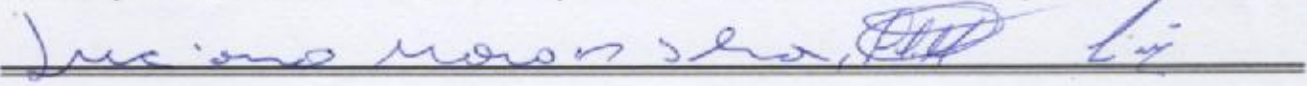
Cumpre salientar, ainda, que a despesa proposta não configura afronta ao art. 42 da LRF, uma vez que o aumento remuneratório se refere a cargo efetivo de caráter permanente, cuja despesa é institucional e contínua. Além disso, o impacto financeiro foi projetado de forma sustentável para os exercícios de 2026 a 2029, acompanhado da devida declaração do ordenador de despesa quanto à existência de disponibilidade financeira e orçamentária para suportar a obrigação.

Dessa forma, constata-se que a proposição está em consonância com os princípios da gestão fiscal responsável, previstos no art. 1º, §1º, da LRF, e que o gasto proposto observa os critérios de planejamento, transparência e equilíbrio fiscal exigidos para a criação de despesa continuada no setor público.

Conclui-se, portanto, que o Projeto de Lei nº 08/2025 atende integralmente às disposições dos arts. 16, 17, 20 e 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo compatível com o planejamento orçamentário e sustentável sob o ponto de vista financeiro, sem comprometer o equilíbrio fiscal do Poder Legislativo Municipal.

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, esta Comissão de Orçamento, Finanças e Controle Externo conclui pela ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA do Projeto de Lei nº 08/2025, bem como pela sua conformidade com os requisitos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (arts.

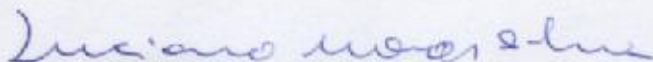


16, 17, 20 e 42 da LRF).

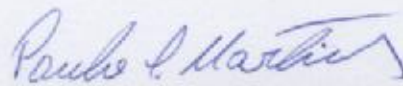
Emite-se, portanto, PARECER FAVORÁVEL à sua aprovação, recomendando-se o regular prosseguimento da tramitação legislativa com deliberação em Plenário.

É o Parecer.

Chuívisca (RS), 03 de novembro de 2025.



Luciano Morais Silva
Presidente



Paulo Israel Longaray Martins
Relator



Luiz Carlos Westphal Dummer
Secretário